COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 3.473, de 2012

Acrescenta incisos ao art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Autor: Deputado FERNANDO JORDÃO

Relator: Deputado ERIVELTON SANTANA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.473, de 2012, de autoria do ilustre Deputado Fernando Jordão, acrescenta dispositivos ao art. 10 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para obrigar “*as empresas a indenizarem aos consumidores pelos prejuízos financeiros decorrentes de Recall*”, com base “*nos valores de mercado no momento da indenização*”.

Sustenta a Justificação do Projeto que “*é certo que o consumidor que adquiriu um bem que tenha sido alvo de recall, ao vendê-lo sofrerá diminuição de valor, fato que resulta em avaliação de 5%, 10% ou a menor do que um mesmo bem com as mesmas condições, porém, sem ter sofrido o recall*”.

Conforme despacho da Mesa, a proposição sujeita-se à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e Cidadania, respectivamente.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o projeto foi rejeitado. Nesta Comissão de Defesa do Consumidor, a matéria chegou a ser apreciada na legislatura passada, quando recebeu parecer, da lavra do ilustre Deputado Ademir Camilo, que não chegou a ser

examinado pelo Colegiado. Recebo, agora, a honrosa incumbência de relatar novamente a matéria, que, no prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Embora reconheçamos os nobres propósitos do projeto, sentimo-nos inclinados a não apoiá-lo por entender que a vigente moldura legislativa já oferece adequado regramento à questão do *recall*, fornecendo, inclusive, mecanismos para a recomposição de eventuais prejuízos. Nesse quadro, concordamos com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio que, ao rejeitar a proposição, asseverou que as modificações propostas neste Projeto, “*não ampliam os direitos dos consumidores e introduzem elementos de incerteza jurídica prejudiciais aos negócios com um todo e à própria sociedade*”.

Com efeito, o art. 10 do CDC estabelece a proibição de o fornecedor colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança. Caso venha a ter conhecimento posterior de tais condições, deverá comunicar o fato imediatamente, às autoridades competentes e aos consumidores.

Já o art. 12 do mesmo diploma legal é claro em estabelecer a responsabilidade do fabricante, produtor, construtor, nacional ou estrangeiro, e ou importador, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento dos produtos. Somente se eximem das consequências aqueles que provarem (a) não terem colocado o produto no mercado, (b) a inexistência de defeito ou (c) a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Os aspectos procedimentais do *recall*, por seu turno, encontram-se minuciosamente previstos na Portaria do Ministério da Justiça nº 487, de 2012, que, dentre outras determinações, estabelece, em seu art. 9º,

que “o fornecedor não se desobriga da reparação ou substituição gratuita do produto ou serviço mesmo findo o chamamento”.

Sendo assim, em caso de realização de *recall* – a convocação dos adquirentes do produto para fins de troca, integral ou de alguma de suas partes – sobressai o expresse reconhecimento da existência de defeito a ser corrigido e da responsabilidade do fornecedor pelos danos decorrentes.

E, nessa linha, provado o prejuízo em virtude da realização do *recall*, tendo havido ou não reparação ou substituição do produto, os arts. 186 e 927 do Código Civil parecem ser suficientes para que o consumidor possa obter ressarcimento pelos danos sofridos:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

Concluimos, com base nessas considerações, que o quadro legislativo atual apresenta-se hábil a disciplinar o instituto do *recall* e a regular seus desdobramentos, motivo pelo qual, pedimos licença para votar pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 3.473, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ERIVELTON SANTANA
Relator